



Contraditório think-tank

Briefing

A comunidade internacional e o conflito na Líbia: uma análise realista | Eduardo Passos

O que pareceu fácil e rápido na Tunísia, demorou um pouco mais no Egipto e agora parece interminável na Líbia. Neste último caso, além dos dias passarem sem nenhuma resolução à vista, o número de mortos vai subindo, no que se assemelha a uma guerra civil não declarada. Perante esta situação, muitas vozes no Ocidente imploram por uma intervenção internacional para acabar com o conflito líbio. Criar uma zona de restrição aérea tem sido uma das possibilidades colocadas na mesa, tanto por americanos, como europeus, e que está a ser discutida no seio da NATO.

Esta crise na Líbia ajuda-nos, assim, a entender algumas questões importantes. O internacionalismo liberal nos Estados Unidos vive apenas nas páginas dos jornais americanos; o mundo sem uma superpotência disposta a intervir em qualquer conflito dá a sensação de caos e inoperância e nenhuma instituição internacional consegue substituir

essa ausência; o risco de qualquer intervenção na Líbia é alto e ninguém quer ser a face dessa operação; e, talvez aquela mais importante: a Europa, já passados muitos anos após os conflitos na Bósnia e no Kosovo, não consegue assumir sozinha a responsabilidade por uma crise que se desenrola na sua vizinhança.

Uma guerra europeia

Teoricamente, este conflito na Líbia seria ideal para a União Europeia se redimir da sua anterior inoperância, nomeadamente na Bósnia e no Kosovo. Os europeus têm muitos mais interesses directos neste país africano do que, por exemplo, os americanos. A proximidade geográfica torna a Europa um ponto estratégico vital para qualquer intervenção militar na Líbia. Seria mais eficaz e rápido do que enviar um porta-aviões americano para a região e a partir daí efectuar



as operações. Os países europeus têm ligações históricas com o país de Khadaffi que os americanos não têm. Além disso, quando se fala da alta do petróleo devido a esta crise é importante salientar que são os europeus aqueles que mais consomem o petróleo líbio. A questão dos refugiados também pode ser uma dor de cabeça para os europeus. Muitos devem preferir escapar para os países mediterrâneos do que enfrentar o actual caos das fronteiras da Tunísia e do Egipto.

Uma possível intervenção da NATO teria que ser liderada pelos países europeus, e David Cameron e Nicolas Sarkozy parecem gostar da ideia. Os Estados Unidos poderiam dar respaldo a tal iniciativa, mas ficariam na segunda linha do confronto. O que Obama menos quer neste momento é que a Líbia, fazendo alusão ao último livro de Bob Woodward¹, se torne mais uma das suas guerras.

Um mundo sem polícias

O conflito na Líbia traz-nos à memória os eventos ocorridos na Somália, no Ruanda, na Bósnia ou no Kosovo, na década de 1990. Década esta que ficou conhecida como a década perfeita. Os Estados Unidos estavam

no auge do seu momento unipolar, com uma economia vibrante e com o dever moral de, sendo a única superpotência e com capacidade de projecção de poder à escala global, resolver todos os problemas mundo afora. Além disso, o fantasma do Vietname tinha desaparecido e nem alguns sustos, como na Somália, que ficou bem retratado no bom filme *Black Hawk Down*, fizeram diminuir o ímpeto do internacionalismo liberal americano. Washington sentia-se suficientemente forte e confiante para resolver problemas desde a fome nos países do terceiro mundo até aos conflitos étnicos.

Hoje, a situação é muito diferente. A força militar mantém-se, mas focada no Afeganistão, e a vitalidade económica está longe daquela vivida no final do século passado. Acrescenta-se a este importante factor de hoje a Administração de Obama ter de conviver com o trauma do Iraque e do Afeganistão. Como recentemente afirmou o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates: *“In my opinion, any future defense secretary who advises the president to again send a big American land army into Asia or the Middle East or Africa should have his head examined, as General MacArthur so delicately put it.”*²

¹ WOODWARD, Bob – *Obama's Wars*. New York: Simon & Schuster, 2010.

² BARRY, John - *Robert Gates' Fears About Libya*. [Consultado em 10/03/2011]. Disponível em:



Por enquanto, a Comunidade Internacional segue num impasse diplomático. Sanções já foram impostas à Líbia, através da resolução 1970, que inclui embargo à venda de armas e o congelamento de bens de Khadafi e de outras pessoas próximas do ditador líbio. Estas medidas parecem ter tido pouca influência directa no conflito e hoje o que mais se discute é a implementação de uma zona de restrição área. Porém, qualquer acção deste tipo não teria, neste momento, a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, com os votos contra da China e da Rússia. A não intervenção nos assuntos domésticos de outros países é uma regra de ouro para os países emergentes que continuam a desconfiar, por vezes de forma paranóica, do historial intervencionista de americanos e europeus. Assim, é fácil encontrarmos várias opiniões em diversos jornais americanos a solicitar que Obama passe por cima de todos estes obstáculos e intervenha unilateralmente e militarmente na Líbia.

O perigoso vácuo político

Quando analisou a revolta egípcia, Fareed Zakaria escreveu na *Time* que o facto da economia do Egipto estar integrada no mercado global e com boas taxas de crescimento levou ao crescimento das expectativas do povo egípcio. A vontade de mudar o regime estava relacionada com o desejo de mais liberdade e de reformas que fossem de encontro às ambições, principalmente, dos mais jovens, que não viam em Mubarak o agente político com capacidade e a vontade de alterar o que fosse. A mesma situação deu-se na Tunísia e em ambos os casos as semelhanças não ficaram por aí. Apesar da participação política limitada nos dois países, ambos os Estados mantinham um institucionalismo mínimo. Assim, foi possível promover uma transição mais rápida e pouco traumática, mas histórica. Estes factores contribuíram para que a comunidade internacional não sofresse qualquer pressão no sentido de uma intervenção que fosse além das acções humanitárias e diplomáticas.

Neste contexto, a Líbia surge como o maior quebra-cabeças a ser resolvido. Basicamente, o conflito no país ainda liderado por Muammar Khadafi assemelha-se a uma guerra civil com contornos tribais e não uma

<http://www.thedailybeast.com/blogs-and-stories/2011-03-09/defense-secretary-robert-gates-fears-about-us-military-action-in-libya/>.



luta de uma nação unida com ambição de derrubar um governo autoritário e caminhar para a democracia. Ao mesmo tempo que é difícil pensar na continuidade de Khadafi, não é fácil pensar no futuro da Líbia após a queda do seu ditador. Ninguém sabe o que os rebeldes líbios pretendem com a sua luta: veja-se o que aconteceu com a missão de agentes britânicos que tentaram manter contacto com os rebeldes e, de forma humilhante, tiveram que ser resgatados.

Uma possível saída do ditador líbio não dá nenhuma garantia que a guerra civil termine. Se um outro homem forte aparecer, apoiado por uma tribo, e pretender impor a sua vontade, então a paz e a transição democrática ficam hipotecadas. O vácuo de poder que seria deixado por Khadafi poderia ser, igualmente, aproveitado por fundamentalistas islâmicos.

Estamos assim a falar de um nação onde seria preciso construir os pilares do institucionalismo político quase desde o zero. Tarefa árdua e que levará anos. Por isso o perigo da substituição de um chefe autoritário por outro.

O facto de uma parcela da população líbia ter tentado imitar as ondas de protestos que começaram na Tunísia não implica que, infelizmente, o desfecho seja o mesmo. A posição de Khadafi parece mais forte que a

dos outros ditadores que foram obrigados a deixar o cargo e até fugir do seu país e a posição do excêntrico líder líbio parece aumentar a cada dia que passa. A realidade está a suplantar o lado emocional da revolta. A continuidade de Khadafi é um factor que, seguramente, voltou a ser levado em consideração pelos agentes políticos.

Uma solução realista

Com a *Freedom Agenda* de George W. Bush a ser recuperada nas discussões sobre as revoltas no mundo árabe, o realismo tem sido um dos alvos preferidos daqueles que apelam por uma atitude mais assertiva de americanos e europeu nesta questão. Na Europa, ironicamente, alguns países parecem empolgados com essa ideia, enquanto os Estados Unidos seguem com a mesma retórica reticente desde o princípio e mostram, de forma acertada, como o realismo ainda pode ser uma boa escolha.

Ao deixar de lado a hipótese de intervir na Líbia, os Estados Unidos escapam de entrar num conflito pantanoso, quando ainda têm muito a fazer no Afeganistão. Neste momento, com a Líbia em plena guerra civil, uma intervenção internacional no país poderia levar a uma escalada no conflito, principalmente por parte dos aliados de



Khadafi, e não é certo que todos os rebeldes dessem o seu respaldo a essa operação. A natureza orgânica das revoluções árabes tem sido uma das principais razões para o seu sucesso. Caso tivessem sido os Estados Unidos a derrubar o governo da Tunísia possivelmente essa onda que se espalhou pelo Médio Oriente e Norte de África nem teria acontecido.

A solução realista passa por não insistir no erro de que ou teremos uma zona de restrição área ou nada. A comunidade internacional deve continuar com a sua pressão diplomática sobre o regime de Khadafi, compartilhar inteligência com os rebeldes (se for possível manter contactos regulares com algum grupo), fornecer armas directamente, ou por meio de outros países aliados na região e fazer chegar ajuda humanitária, principalmente nas fronteiras do país, onde a situação é mais complicada. Uma intervenção militar não deve, por isso, ser pensada nem em último recurso.

Eduardo Passos, Investigador no
Contraditório think tank